

Trajatórias imperiais: imigração e modelo de reprodução social das elites em Minas colonial¹

Carla Maria Carvalho de Almeida

Profa. Adjunta do Departamento de História da UFJF

Rosa que está na roseira
Deixa-te estar até ver
Que eu vou ao Brasil e venho
Inda te hei de vir colher

A cantiga popular transcrita no estudo de Caroline Brettell e corrente ainda hoje no noroeste de Portugal, revela um dos aspectos centrais da *constante estrutural* da sociedade portuguesa que é o fenômeno da emigração. A necessidade de emigrar em busca de melhores condições de vida e o desejo de retornar à terra natal até muito recentemente esteve presente nos projetos dos indivíduos daquelas comunidades que continuaram a deixar seus lares em terras mais ou menos caudalosas².

Assim também era no século XVIII. Provavelmente muitos migrantes portugueses que neste período vieram para as Minas em busca do enriquecimento fácil, tinham por meta o retorno rápido à terra natal. Embora não tenhamos dados consistentes deste lado do Atlântico para medir a proporção daqueles reinóis que conseguiram voltar para “colherem as roseiras” que por lá deixaram, o estudo de Caroline Brettell no noroeste de Portugal nos mostra que esta foi uma realidade concreta para alguns homens. No entanto, no estudo que realizamos com membros da elite mineira setecentista, o que de fato se verifica é uma forte fixação dos portugueses na região das Minas.

Antônio Duarte foi um desses rapazes portugueses que deixou a sua Freguesia de Nossa Senhora da Natividade na Província da Beira ainda jovem e veio para as Minas nas primeiras décadas do século XVIII onde se fixou no Morro da Passagem do termo de Mariana. Se em algum momento Antônio Duarte teve o projeto de retornar à terra natal, ele acabaria por abandoná-lo, ainda que sua ligação com o Reino continuasse intensa. Antônio Duarte era licenciado e vivia da “sua arte de cirurgia” quando em 1740 deu início ao processo para se casar com Francisca Pinta de Oliveira. Nesta ocasião ele tinha *mais de trinta anos* e Francisca 15 anos³.

Francisca Pinta de Oliveira era filha de João Pinto Alves que em 1756, junto com o genro, apareceria na listagem dos homens mais ricos da capitania de Minas Gerais. A mãe de Francisca, Mariana Corrêa de Oliveira era irmã de Manuel de Oliveira, outro indivíduo listado como dos mais ricos das Minas.

Em 1746, Antônio Duarte solicitou licença para ir ao Reino com *sua mulher, duas filhas, um filho e mais família*, por ser natural da província da Beira e *se achar ausente de casa há perto de vinte anos*⁴. O pedido foi aprovado e, é provável que o casal tenha ido ao Reino, dando a

¹ Este trabalho contou com o financiamento da FAPEMIG e do CNPQ. Uma versão deste trabalho será publicada em: Carla Maria C. de ALMEIDA e Mônica Ribeiro de OLIVEIRA (orgs), *Nomes e números: alternativas metodológicas para a história econômica e social*, Juiz de Fora, Editora da UFJF (no prelo).

² Caroline B. BRETTELL, *Homens que partem, mulheres que esperam: conseqüências da emigração numa freguesia minhota*, Lisboa, Dom Quixote, 1991, p.132.

³ Processo matrimonial – Arquivo Eclesiástico da Arquidiocese de Mariana (daqui para frente: AEAM) – No. 433 – Armário 01 – Pasta 44.

⁴ AHU-Con.Ultra.-Brasil/MG-, cx.46, doc.6.

Antônio a oportunidade de matar as saudades de sua terra e apresentar a nova família aos parentes por lá ainda existentes.

O fato é que, se foi ao Reino, Antônio Duarte por lá não permaneceu. E não é estranho que assim tenha procedido. A posição que este homem conseguiu ocupar na região das Minas talvez estivesse muito distante da que ele poderia almejar na sua terra de origem. Além da relação familiar que conseguiu estabelecer com ramos importantes da elite mineira ao se unir em matrimônio com D. Francisca, em 1755 vamos encontrá-lo como membro da Câmara de Mariana o que lhe conferia o posto de homem de destacado prestígio ⁵. Estando nas Minas, também foi possível a este indivíduo acumular uma considerável fortuna. Em 1754, quando faleceu sua esposa e foi aberto o inventário, a fortuna do casal importava a considerável quantia de 30:249\$160 ⁶. Possuíam entre seus bens 47 escravos, sendo duas crianças e todos os demais em idades entre 14 e 40 anos. Embora vivesse de *sua arte de cirurgia*, Antônio também era um grande minerador. O casal possuía entre seus bens *uma lavra de talho aberto de minerar, um rancho para feitores, uma senzala de pedra e um seca pedra, tudo coberto de capim e duas canoas no Rio*. Com certeza eram consideradas pessoas de bom tratamento, já que, além dos 47 escravos, possuíam muitas jóias de ouro, prata e diamantes; muitos talheres de prata; muitas roupas de linho, cambraia e damasco; oitenta e seis livros de medicina e cirurgia e alguns espirituais; e vários móveis de jacarandá torneados ⁷.

Quinze anos depois de ficar viúvo, Antônio Duarte faleceu no Morro da Passagem onde era e sempre fora morador desde que viera para as Minas. Nesta ocasião seus bens foram avaliados em 14:038\$492, valor muito próximo à meação que lhe coubera por ocasião do falecimento de sua esposa ⁸. No inventário de seus bens datado de 1771, além das propriedades ligadas à mineração, foram descritos dois sítios de terras de cultura. Em um deles, situado no córrego de São Lourenço da Freguesia de Guarapiranga, Antônio Duarte era sócio com o seu filho, Pe. Antônio Duarte Pinto, que tinha nesta ocasião 30 anos. Possuía 16 alqueires de milho plantado, 60 cabeças de porcos, 300 alqueires de milho, 40 de feijão e 16 de arroz no paiol. Nestes produtos que se encontravam no paiol, era sócio com sua filha, D. Mariana Rosa Clara de Oliveira, viúva do Guarda Mor João Ferreira Almada, também considerado dos mais ricos das Minas.

Antônio Duarte e D. Francisca tiveram sete filhos, sendo duas de suas filhas casadas com outros homens ricos.

Ainda que tenha saído de sua terra enamorado de alguma rapariga, as oportunidades que se abriram para homens como Antônio Duarte pelas bandas das Minas Gerais, muito devem ter contribuído para que, em várias regiões do outro lado do Atlântico, continuasse existindo a condição descrita por Caroline Brettell para a freguesia de “Santa Eulália”: *homens que partem, mulheres que esperam*.

Grande diferença de idade entre os cônjuges; tendência à endogamia no grupo; homens casadoiros de origem portuguesa e mulheres naturais da região das Minas; grande número de filhos. Tais elementos, evidenciados no enlace de Antônio Duarte e de D. Francisca, não foram excepcionais, pelo contrário constituíram características recorrentes nos arranjos matrimoniais estabelecidos pelos homens que compunham a elite econômica das Minas Gerais. Retornaremos a este caso mais à frente.

Este trabalho apresenta os resultados parciais de uma pesquisa em andamento na qual procuro traçar o perfil econômico e as formas de inserção social da elite mineira setecentista. O ponto de partida dessa pesquisa é a lista mandada fazer em 1756 pelo Conselho de Marinha e Ultramar com o nome dos “mais ricos moradores” das Minas. Na documentação avulsa do Arquivo Histórico Ultramarino, relativa a Minas Gerais, encontramos a resposta do provedor da fazenda com o cumprimento da referida ordem. Datada de 25 de julho de 1756, a carta de Domingos Pinheiro listava os nomes de 1.061 *homens de negócios, mineiros e roceiros que vivem nestas Minas mais abastados*. Vinham separados por comarcas e trazia indicado o local de residência e a ocupação de cada um deles ⁹. Processos matrimoniais, inventários *post-mortem*, testamentos e os

⁵ AHU-Con.Ultra.-Brasil/MG-, cx.162, doc.25.

⁶ Inventário post-mortem de Francisca Pinta de Oliveira – Casa Setecentista de Mariana (daqui para frente: CSM) – Io. Of.. - Códice 10 – Auto 360.

⁷ Inventário post-mortem de Francisca Pinta de Oliveira – CSM – Io. Of.. - Códice 10 – Auto 360.

⁸ Inventário post-mortem de Antônio Duarte – CSM – Ilo. Of.. - Códice 69 – Auto 1517.

⁹ AHU-Con.Ultra.-Brasil/MG-, cx.70, doc.41. Uma discussão mais detalhada sobre este documento e dados sobre o perfil econômico dos homens listados podem ser encontrados em: Carla Maria C. de

documentos avulsos sobre a capitania de Minas Gerais existentes no Arquivo Histórico Ultramarino, são as fontes privilegiadas neste estudo. Tenho me concentrado na montagem de uma investigação prosopográfica dos homens ricos dos termos de Ouro Preto e Mariana e de São José e São João Del Rei, que compunham respectivamente as comarcas de Vila Rica e Rio das Mortes.

Apresentarei neste texto os resultados parciais obtidos até o momento com os dados coletados nos processos matrimoniais relativos aos homens listados como os mais ricos do termo de Mariana, existentes no Arquivo Eclesiástico da Arquidiocese de Mariana. De um universo de 175 nomes, consegui localizar 58 processos matrimoniais (aproximadamente 33% do total). Buscarei fazer uma análise em dois níveis. Inicialmente farei uma abordagem dos processos matrimoniais procurando retirar deles dados relativos à naturalidade dos cônjuges, idade do casamento e trajetória percorrida até o estabelecimento na região. Eventualmente, para efeitos de comparação, lançarei mão de dados mais gerais levantados para um número mais amplo dos homens ricos das comarcas de Vila Rica e Rio das Mortes e também para o conjunto da população inventariada no período.

Posteriormente, através de uma análise mais pontual, tentarei traçar os elementos fundamentais do sistema de casamentos característico deste grupo, procurando investigar a presença de práticas endogâmicas dentro do grupo e, por vezes, dentro do grupo e da família. Para isto lançarei mão de alguns estudos de caso e retornarei à história que dá início a este texto.

Nas últimas décadas a historiografia brasileira viu proliferar o número de trabalhos dedicados à história da família na sociedade escravista. Lançando mão de metodologias amplamente utilizadas pelos historiadores europeus, esta historiografia tem dedicado especial atenção à família escrava e também aos demais grupos sociais.

Assim, avançamos muito no nosso entendimento sobre as questões relativas ao tipo de família predominante em cada região; na ampliação da noção de parentesco que passou também a incorporar a idéia do parentesco fictício ou por afinidade; na compreensão do sentido da constituição dos laços familiares entre os cativos para a manutenção da escravidão, etc. No que diz respeito à família escrava, temos visto um esforço dos historiadores em buscarem nas origens africanas de grande parte da população cativa, traços culturais que expliquem algumas características dos comportamentos e dos sistemas familiares que aqui foram capazes de estabelecer.

No entanto, embora já se inicie um movimento neste sentido, pouco temos avançado no que diz respeito a uma aproximação entre os arranjos familiares aqui existentes e aqueles predominantes no Reino Português. Esta lacuna se torna ainda mais grave quando constatamos que os estudos sobre demografia e família em Portugal têm avançado muito nas últimas décadas demonstrando a grande dificuldade de enquadrar os sistemas familiares portugueses dentro dos modelos gerais formulados pela historiografia europeia que, muitas vezes, serviram de parâmetro para os estudiosos brasileiros¹⁰.

A historiografia portuguesa tem apontado para a grande diversidade de sistemas familiares, mais ou menos afetados pela *constante estrutural*¹¹ do fenômeno da emigração, que atingiu as regiões portuguesas de maneiras diversas. Assim, o Sul, muito menos afetado por este fenômeno, apresentaria *altos índices de nupcialidade, idades de acesso ao matrimônio muito mais baixas (em torno dos 20/21 anos), altas taxas de fecundidade, sistemas familiares baseados na neolocalidade*¹². Já o Norte, fortemente afetado pela emigração para o Brasil, sobretudo masculina que permaneceu com um fluxo contínuo desde o século XVI, apresentaria características muito diversas: *sistemas baseados na família troncal, baixos níveis de*

ALMEIDA, «Homens ricos em Minas colonial», in Maria Fernanda BICALHO e Vera Lúcia Amaral FERLINI, *Modos de governar: idéias e práticas políticas no Império Português, séculos XVI a XIX*, São Paulo, Alameda, 2005.

¹⁰ Ana Silvia Volpi SCOTT, *Aproximando a Metrópole da Colônia: família, concubinato e ilegitimidade no Noroeste Português (séculos XVIII e XIX)*, Trabalho apresentado no XIII Encontro da Associação Brasileira de estudos Populacionais, realizado em Ouro Preto, de 4 a 8 de novembro de 2002.

¹¹ Expressão já clássica cunhada por: Vitorino Magalhães GODINHO, «L'Emigration portugaise (XVè-XXè siècles). Une constante structurale et lês responses aux changements du monde», *Revista de História Económica e Social*, 1978, 1, pp. 5-32.

¹² Ana Silvia Volpi SCOTT, *Aproximando a Metrópole da Colônia...* cit.

nupcialidade, elevadas idades médias ao casamento (25/28 anos), altos níveis de celibato definitivo¹³.

Se é evidente a importância da historiografia brasileira estabelecer uma reflexão comparativa entre os padrões familiares no Brasil (tanto no que diz respeito aos índices demográficos, quanto aos padrões culturais) e aqueles característicos da sociedade portuguesa, no caso de Minas Gerais, esta aproximação é imprescindível. O grande afluxo de reinóis para a região, por ocasião da descoberta dos veios auríferos é por demais conhecida. Considerando a maciça presença de noivos naturais das províncias do norte de Portugal (86,7%) que se uniram a mulheres nascidas na região das Minas (83,0%), entendemos que é fundamental analisar os arranjos matrimoniais característicos da elite mineira setecentista à luz das investigações sobre as variáveis demográficas do Reino Português no mesmo período. Dessa forma, estaremos muito mais próximos de construir modelos interpretativos historicamente adequados às realidades de que tratamos.

Em minha tese de doutorado, trabalhando com uma amostragem de testamentos e de inventários *post-mortem* tomados de 10 em 10 anos para os termos de Ouro Preto e de São José e São João Del Rei (estes dois últimos, formavam a comarca do Rio das Mortes - CRM), pude perceber a marcante presença de portugueses entre todos os setores da população inventariada.

Metodologicamente é preciso alertar que os inventários e testamentos não são as fontes mais apropriadas para analisar as tendências da naturalidade predominante na população de uma dada sociedade. Para este tipo de investigação a documentação mais adequada são os registros paroquiais, principalmente os de batismo e casamento. Além do mais, é necessário considerar que as informações relativas à naturalidade retiradas dos inventários *post-mortem* refletem processos de migração de algumas décadas anteriores ao registro, já que, este tipo de processo diz respeito ao momento final da vida do indivíduo. Mesmo assim, achamos pertinente fazer algumas considerações sobre esta questão sem contudo tomá-las como conclusões taxativas, mas tão somente, como indicadoras de algumas tendências.

Tabela 1
Naturalidade da população inventariada nas comarcas por subperíodos e termos

Naturalidade	1750-1779			1780-1822		
	Geral	CRM	O.Preto	Geral	CRM	O.Preto
Portugal e Ilhas %	31 75,6	23 82,1	8 61,5	77 45,8	61 43,3	16 59,3
Minas Gerais %	2 4,9	1 3,6	1 7,7	78 46,4	71 50,4	7 25,9
Outras Capitanias %	6 14,6	4 14,3	2 15,4	6 3,6	5 3,5	1 3,7
África %	2 4,9	-	2 15,4	7 4,2	4 2,8	3 11,1
TOTAL	41	28	13	168	141	27

Fonte: Inventários *post-mortem* da Casa do Pilar de Ouro Preto (CPOP) e do Museu Regional de São João Del Rei (MRSJDR).

A análise da naturalidade dos inventariados nos dois subperíodos¹⁴ nos revela que, a partir de 1780, a população já se encontrava muito mais enraizada localmente do que no período anterior (tabela 1). Até 1779, 75,6% dos inventariados eram de origem portuguesa ou, em muito menor escala, das ilhas atlânticas; 14,6% eram originários de outras partes da colônia; somente 4,9% eram homens nascidos na capitania, e 4,9% eram africanos¹⁵. No segundo período a

¹³ Idem, *Ibidem*.

¹⁴ O estabelecimento desses dois subperíodos, aos quais corresponderiam distintas conjunturas econômicas, foi melhor desenvolvido em minha tese de doutorado: Carla Maria C. de ALMEIDA, *Homens ricos, homens bons: produção e hierarquização social em Minas colonial*, Tese de doutorado, Departamento de História da UFF Niterói, 2001.

¹⁵ Infelizmente só dispomos de dados sobre a naturalidade para 35,2% dos inventariados trabalhados. A principal lacuna diz respeito aos inventários do termo de Mariana que também foram trabalhados na tese

composição da população inventariada foi profundamente alterada. A predominância passou a ser dos homens nascidos na capitania que conformavam 46,4% dos inventariados mas, ainda assim, os portugueses continuaram a ter um papel de destaque chegando a representar 45,8% dessa população. A queda no percentual de indivíduos nascidos em outras partes da colônia que passou de 14,6% para 3,6%, revela que esta região de Minas Gerais não era mais um pólo de atração para a população livre colonial.

A permanência de um significativo percentual de portugueses entre a população inventariada, mesmo no segundo período analisado está, sem dúvida, relacionada às tendências gerais da evolução populacional portuguesa e do seu movimento. Tomado como um todo, o século XVIII português foi marcado por um considerável crescimento demográfico com marcantes especificidades regionais. Segundo José Vicente Serrão, os dados demográficos com os quais trabalha *reflectem, quando comparados com os de outros períodos da história portuguesa, um século XVIII com uma notável pujança demográfica, nomeadamente no meio século posterior a 1730*¹⁶. Baseando-se nos dados de Magalhães Godinho, Serrão argumenta que a emigração também se manteve elevada durante todo o século XVII e o século XVIII, com algumas variações de intensidade. Com a descoberta do ouro no Brasil esse movimento emigratório foi intensificado chegando a corresponder a *uma sangria anual de 8 a 10 mil indivíduos*¹⁷. Nas palavras do autor:

*Para se ter uma idéia do significado destes números, bastará dizer que eles representavam, por ano, mais do que a população somada da terceira e da Quarta cidade do País*¹⁸.

Embora o autor seja bastante cauteloso quanto às afirmações que faz sobre a incidência regional desta emigração, nos parece que os dados que apresenta sobre a densidade populacional e as taxas de masculinidade são bastante contundentes para afirmarmos que, era do norte de Portugal (sobretudo do Minho), mas não exclusivamente, que provinha o maior contingente de pessoas dispostas a deixar suas terras de origem. Em 1760, enquanto no Alentejo cada quilômetro quadrado era repartido por um pouco mais de 2 e no Algarve por aproximadamente 5 pessoas, no Minho esta mesma área tinha que ser disputada por quase 23 indivíduos, tendência que permaneceria pouco alterada até pelo menos 1801¹⁹. Segundo Serrão, em 1801 a taxa de masculinidade média para o conjunto das comarcas do país era de 97% o que, por si só, já indicaria uma situação de migração constante. Considerando que, ao cruzar os dados sobre idade/sexo o desequilíbrio sexual era mais acentuado no período ativo (dos 25 aos 60 anos), equilibrando-se nas faixas de idade acima e abaixo, conclui-se que, de fato, esta baixa masculinidade estava associada aos movimentos migratórios internos ou internacionais. Os dados analisados pelo autor revelam que:

*De uma maneira geral, era do Norte, no Centro e no Algarve que se verificavam as taxas de masculinidade mais baixas, traduzindo, certamente, situações de forte pressão demográfica sobre os recursos disponíveis, que empurravam os “excedentes” populacionais (masculinos) para a emigração*²⁰.

Vários trabalhos sobre a composição da população portuguesa existente na região das Minas apontam para o predomínio da região norte na naturalidade destes indivíduos. Iraci Del Nero, trabalhando com os dados sobre a população de Vila Rica encontrou entre os portugueses desta localidade um percentual de 68,1% de homens vindos do norte de Portugal²¹. Renato Pinto Venâncio encontrou para a paróquia de Paracatu, noroeste de Minas Gerais um percentual de 75% de portugueses do norte²², número muito próximo ao encontrado por Júnia Furtado que

mas que foram levantados em outro momento, em que não havia de nossa parte a preocupação com este tipo de informação. Ainda assim, nos pareceu válido fazer as considerações que se seguem.

¹⁶ José Vicente SERRÃO, «O quadro humano», in José MATTOSO (org.), *História de Portugal; o antigo regime*, Lisboa, Editorial Estampa, 1998, p. 47.

¹⁷ Idem, *Ibidem*, p. 61

¹⁸ Idem, *Ibidem*.

¹⁹ Idem, *Ibidem*, p. 49

²⁰ Idem, *Ibidem*, p. 62.

²¹ Iraci Del Nero da COSTA, *Vila Rica: população (1719-1826)*, São Paulo, IPE/USP, 1979, p. 218.

²² Renato Pinto VENÂNCIO, *Paracatu: movimentos migratórios no século XVIII*, Relatório de Pesquisa, p. 8.

investigou os comerciantes portugueses estabelecidos em Minas da primeira metade do XVIII (77,4%)²³. Os números que encontramos só reforçam a idéia de um predomínio dos homens naturais do norte português no movimento de emigração para o Brasil. Para 91 dos 94 portugueses presentes em nossa amostragem, foi possível identificar de que região do reino eram naturais. A ampla maioria, 89%, era composta por homens naturais das províncias do norte. Somente 11% eram provenientes da região central do país e ninguém vinha do Sul.

Voltando aos dados da tabela 1, podemos ainda perceber que, a pequena variação no percentual de africanos no conjunto da população inventariada nos dois períodos demonstra que para estes as possibilidades de ascensão permaneceram praticamente inalteradas. Também há que se registrar a maior proporção de africanos entre a população inventariada do termo de Ouro Preto comparativamente ao Rio das Mortes. No primeiro período, 15,4% dos inventários de Ouro Preto eram de africanos enquanto nenhum registro foi feito no Rio das Mortes. Entre 1780 e 1822 a proporção de africanos inventariados em Ouro Preto era de 11,1% e na região do Rio das Mortes não passava de 2,8%. O que nos leva a afirmar que, em Vila Rica houve maiores possibilidades de acumulação para os ex-escravos de origem africana.

Algumas outras distinções podem ser feitas em relação à naturalidade dos inventariados da comarca do Rio das Mortes e do termo de Ouro Preto a partir dos dados apresentados acima. Embora com tendência a diminuir, a naturalidade portuguesa continuou a ser predominante entre os inventariados de Ouro Preto, mesmo após 1779 (59,3%). O considerável aumento percentual dos nascidos na capitania, que de 7,7% passou a 25,9%, se fez muito mais em função da diminuição proporcional dos indivíduos nascidos em outras partes da colônia e dos africanos, do que da diminuição do número de portugueses. A própria condição de capital e, conseqüentemente, de centro administrativo da capitania, contribuía para manter constante o fluxo de reinóis que se deslocavam para Ouro Preto com vistas a ocupar os postos da administração colonial.

No que diz respeito àqueles que compunham a elite das Minas, objeto central deste estudo, os dados sobre a naturalidade acentuam a marcante presença de portugueses também encontrada para a população livre em geral. Para visualizarmos melhor esta afirmação tomemos agora os dados relativos à naturalidade exclusivamente do grupo de homens ricos para os quais temos informação sobre o local de nascimento.

A tabela 2 revela que, a presença de pessoas procedentes de outras capitanias era mínima entre estes homens, somente 7,6%, sendo três naturais de São Paulo, três do Rio de Janeiro, um do Bispado de Pernambuco e um natural da Nova Colônia de Sacramento. Encontramos somente dois indivíduos nascidos nas Minas, José Caetano Rodrigues Horta e Cipriano da Silva Rego. O primeiro era natural da Freguesia de São Sebastião e o segundo natural da Freguesia de São Caetano. Seguindo as tendências encontradas para a totalidade da amostragem de inventários já citada e confirmando as considerações já feitas pela historiografia²⁴ para a população das Minas como um todo, também entre os homens ricos, havia uma preponderância dos portugueses. 83,9% destes homens vinham do Reino, sendo que na Comarca de Vila Rica, representavam 85,1% dos ricos. Dentre estes portugueses, predominavam os provenientes das regiões rurais do norte (tabela 3).

²³ Júnia Ferreira FURTADO, *Homens de negócio: a interiorização da metrópole e do comércio nas Minas setecentistas*, São Paulo, Hucitec, 1999, p.154.

²⁴ Dentre outros: Kenneth MAXWELL, *A devassa da devassa: a Inconfidência Mineira, Brasil e Portugal, 1750-1808*, 3ª ed., Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1985; Donald RAMOS, «From Minho to Minas: the portuguese roots of the mineiro family», *Hispanic American Historical Review*, North Carolina, vol. 73, pp. 639-662, nov. 1993; Júnia Ferreira FURTADO, *Homens de negócio...* cit.

TABELA 2
Naturalidade dos homens ricos (para os quais temos informações)

Local	Geral		CVR		CRM	
	No	%	No	%	No	%
Português	99	83,9%	80	85,1%	19	79,2%
Ilhéu	8	6,8%	6	6,4%	2	8,3%
Outras Caps.	9	7,6%	6	6,4%	3	12,5%
Minas Gerais	2	1,7%	2	2,1%	-	-
Total	118	100%	94	100%	24	100%

Fonte: Inventários e testamentos da CSM, CPOP e MRSJDR; ANTT/HOC²⁵; AHU/MG e Processos matrimoniais do AEAM.

TABELA 3
Procedência dos homens ricos portugueses (para os quais temos informações)

Regiões	NORTE	CENTRO	SUL	Total
Número	74	20	1	95
%	77,9%	21,1%	1,0%	100%

Fonte: Inventários e testamentos da CSM, CPOP e MRSJDR; ANTT/HOC; AHU/MG e Processos matrimoniais do AEAM.

Estevão Gonçalves Fraga, como a grande maioria dos homens ricos listados em 1756, era português, natural da província do Minho²⁶. Ao ser citado na lista estava com 31 anos. Sua história é emblemática da trajetória de muitos outros homens ricos.

Ainda muito jovem viera para Minas Gerais para a casa de um tio por *o mandar buscar para sua companhia por este não ter parentes ao pé de si*. O tio, João Gonçalves Fraga, era cavaleiro professo da Ordem de Cristo e coronel, morador no Morro de Bento Rodrigues do Ribeirão do Carmo, mineiro muito rico e pessoa das *principais daquele terreno*. Estando nas Minas o tio lhe entregou a administração de suas lavras e engenhos de tirar ouro e *dentro de pouco tempo lhas vendeu e muitas herdou do dito coronel*²⁷. Em 1758, Estevão Gonçalves Fraga foi provido no posto de Sargento Mor das Ordenanças da cidade de Mariana e seu termo, por este se achar vago pela promoção que fizera ao posto de Capitão Mor, José da Silva Pontes que antes o ocupava. Nesta ocasião foi descrito pelo governador como *homem nobre, dos mais ricos e abundantes de bens*. O nome dele para o cargo fora proposto ao governador pelos oficiais da Câmara e pelo próprio Capitão Mor José da Silva Pontes²⁸.

Quando em 1765 se habilitou para ingressar na Ordem de Cristo, ao lhe fazerem as provanças para se habilitar, todas as testemunhas foram unânimes em afirmar que, tanto o tio quanto ele próprio, se tratavam *sempre com muita nobreza, com criados e capelão com a maior grandeza das principais pessoas daqueles estados*²⁹.

Ou seja, o acolhimento pelo tio daquele menino vindo em tão tenra idade para a região das Minas, lhe proporcionara uma posição de destaque social que dificilmente teria no Reino. A solidariedade familiar de acolhimento funcionaria como um dos elementos fundamentais para o enraizamento destes reinóis nas Minas.

O mesmo padrão de deslocamento pode ser observado em outro exemplo. João da Costa Azevedo também era natural do norte de Portugal. Aos 10 anos de idade, saíra da Freguesia de São Brás do lugar de São João de Tarouca do Bispado de Lamego, diretamente para a cidade de Lisboa onde esteve por um ano³⁰. Dali embarcara para a cidade do Rio de Janeiro onde esteve em companhia de um tio *cousa de dois anos e meio na Rua dos Pescadores no fim dos quais partiu para estas Minas*. Nesta estadia no Rio, trabalhara como caixeiro do tio Antônio de Freitas.

²⁵ IAN/TT-HOC: Arquivo Nacional da Torre do Tombo - Habilitações da Ordem de Cristo.

²⁶ IAN/TT-HOC, Letra E, mç.2-n.5/1765.

²⁷ IAN/TT-HOC, Letra E, mç.2-n.5/1765.

²⁸ AHU-Con.Ultra.-Brasil/MG-, cx.74, doc.81.

²⁹ IAN/TT-HOC, Letra E, mç.2-n.5/1765.

³⁰ Processo matrimonial – AEAM – No. 3509 – Armário 03 – Pasta 351.

Um dos depoimentos para a justificação de solteiro presente neste processo nos permite observar com clareza a prática tão comum entre estes homens de constituição de uma rede de acolhimento destes meninos vindos tão jovens do Reino, por outros compatriotas (parentes ou vizinhos), já estabelecidos na colônia. Uma das testemunhas a prestar depoimento neste processo, foi Antônio da Costa Monteiro, também citado como homem rico do termo de Mariana. Era natural da mesma freguesia do noivo. Segundo Antônio da Costa quando ele próprio saíra de sua freguesia para vir para as Minas, deixara João da Costa Azevedo com a idade de 5 para 6 anos. Completando a sua fala, diz Antônio da Costa:

*(...) daí a cousa de sete anos chegou o justificante ao Rio de Janeiro de onde lhe remeteu cartas de seus pais nas quais lhe recomendavam ao dito justificante por ser ainda rapaz, mas com efeito se demorou na dita cidade do Rio de Janeiro cousa de dois anos em uma loja de mercador no fim dos quais viera o justificante para estas Minas para casa de um primo dele testemunha e tio dele justificante onde tem estado até o presente (...)*³¹.

Assim como Estevão Gonçalves Fraga, também João da Costa Azevedo acabaria indo para as Minas para a companhia de um outro seu tio solteiro, o Licenciado Bernardo da Costa que se encontrava estabelecido na cidade de Mariana vivendo de sua arte de cirurgia. Em 1750, seis anos antes de ser citado como homem rico, João da Costa Azevedo dera início ao processo matrimonial para se casar com Ana Maria de Jesus, filha de Pedro Duarte Pereira. Nesta ocasião já definia sua ocupação como *vive de ser escrivão da câmara*. No processo matrimonial pediam que os testemunhos fossem tomados em segredo e também que fossem dispensados dos banhos *anti-matrimoniun*, que poderiam correr depois de realizado o casamento:

*(...) em razão de haver falecido há pouco tempo o pai da mesma contraente, e dar-lhe em dote a propriedade do ofício de escrivão da Câmara desta cidade e ser necessário abreviarem o matrimônio para poderem entrar a fazer as diligências que tem com sua Majestade para confirmação do dito ofício*³².

As dispensas foram concedidas e o casal se casou neste mesmo ano, tendo o noivo nesta ocasião *mais de 40* anos e a noiva 19 anos de idade. Ana Maria de Jesus pertencia a uma das famílias de primeiros povoadores do Ribeirão do Carmo. Antônio Pereira Machado, seu avô paterno, já se encontrava na região no mínimo desde o ano de 1711 quando o Governador Antônio de Albuquerque criou as primeiras Vilas nas Minas. Segundo Augusto de Lima Júnior, nesta ocasião *numerosas pessoas capazes já enchiam os registros oficiais da Nova Vila, e pôde o Governador Albuquerque tirar deles homens idôneos para as novas investidas*³³. Dentre estes nomes constava o de Antônio Pereira Machado. O cargo de escrivão da Câmara de Mariana estava na família de Ana Maria de Jesus desde 1725 quando seu avô, Antônio Pereira Machado, recebera-o como doação³⁴.

No alvará de concessão do cargo a Antônio Pereira Machado, este fora considerado o *primeiro povoador da dita terra, comprando muitas delas, a alguns homens que as não tinham fabricado*, gastando para isso grande quantidade de ouro, e nelas lavrara e tirara muito ouro. Mas, com o passar do tempo o local foi povoado e, *pela fertilidade das terras foram concorrendo a elas muitos moradores e edificaram nas terras lavradas do ouro em que tivera considerável perda, por ficar impossibilitado para poder lavar*. Uma ocasião em que o governador estivera no local dera a ele $\frac{1}{2}$ légua de terra de sesmaria em braça, mas que *erigindo-se depois disso a dita vila (...), largara graciosamente ao senado da câmara da dita vila a $\frac{1}{2}$ légua de terra em quadra para seu logradouro e rocio*. Por causa desta dívida ficara *falto de bens* e, por isso fora agraciado com a propriedade do ofício de escrivão da câmara e para sua neta uma tença efetiva de 12\$000 e o

³¹ Processo matrimonial – AEAM – No. 3509 – Armário 03 – Pasta 351.

³² Processo matrimonial – AEAM – No. 3509 – Armário 03 – Pasta 351.

³³ Augusto de LIMA JÚNIOR, *Vila Rica de Ouro Preto. Síntese histórica e descritiva*, Rio de Janeiro, EGL Editora, 1996, p. 72.

³⁴ AHU – Cons.Ultra.-Brasil/MG- cx.162, doc.25.

Hábito da Ordem de Cristo para quem com ela se casasse. Por ser já muito velho, solicitara que a mercê fosse transferida para seu filho Pedro Duarte o que foi aprovado em 1731³⁵.

Quando em 1750 João da Costa Azevedo, já casado com Ana Maria de Jesus, filha mais velha de Pedro Duarte, solicitava que o posto fosse confirmado em sua pessoa, argumentava que, ainda em vida, seu sogro, juntamente com a mulher, lhe passara o cargo *por não terem filho varão com o encargo de sustentar a esta e quatro filhas menores e juntamente de as dotar, por ficarem de suma indigência*. Justificava a pertinência da reivindicação dizendo: *por estar casado com a filha mais velha do proprietário, as quais costumava atender quando não havia filho varão*³⁶.

Em 1792, ocasião em que se fez o inventário dos bens do casal por haver falecido o Tenente João da Costa Azevedo, apareciam como seus herdeiros 6 filhos de legítimo matrimônio. O primogênito, Manuel da Costa Azevedo, seguira a carreira eclesiástica e tinha nesta ocasião 42 anos. A filha mais velha, D. Maria de 37 anos, estava casada com Manoel Gomes Pinheiro. Dona Ângela de 35 anos casara-se com Julião Antônio de Carvalho. O filho Francisco tinha nesta ocasião 30 anos e, desde 1782 servia o cargo de escrivão da Câmara, para o qual pediria confirmação em 1802. Os outros dois filhos do casal, Clemente de 28 anos e D. Simplícia de 24 ainda se encontravam solteiros.

Assim como João da Costa Azevedo e Antônio Duarte descrito no início deste texto, a grande maioria dos homens ricos era casada e tinha prole razoavelmente numerosa. Analisando especificamente os comerciantes atuantes nas Minas Gerais da primeira metade do século XVIII, Júnia Furtado constatou que o comportamento desta população seguia os padrões característicos da estrutura familiar predominante no norte de Portugal. Ou seja, altos índices de descendência ilegítima, casamentos tardios e predominância de celibatários³⁷. Nossos dados, por se referirem a um grupo social distinto, inverte a tendência de comportamento encontrada pela autora para os comerciantes no que diz respeito ao estado civil. Entre os homens ricos predominavam os casados indicando um maior enraizamento na sociedade local (tabela 4). Além disso, pelo menos 62,5% dos homens casados possuíam descendentes legítimos. As informações sobre o número de filhos legítimos de que dispomos são aquelas encontradas nos inventários ou testamentos. Por esta fonte, chegamos a um número médio de 7 filhos.

TABELA 4

Comparação entre o estado civil do grupo mercantil e dos homens ricos

	COMERCIANTES			HOMENS RICOS					
				CVR E CRM			Termo de Mariana		
	Solteiro	Casado	Total	Solteiro	Casado	Total	Solteiro	Casado	Total
N.	81	42	123	36	95	131	13	62	75
%	65,9	34,1	100	27,5	72,5	100	17,3	82,7	100

Fontes: **Comerciantes:** FURTADO, 1999: 156 - **Homens ricos:** Invs.e tests. da CSM, CPOP e MRSJDR; ANTT/HOC; AHU-Con.Ultra.-Brasil/MG - Processos matrimoniais do AEAM.

Para o termo de Mariana com o qual temos trabalhado mais detidamente levantando os dados dos processos matrimoniais, o percentual de homens casados sobe para 82,7%. Tal constatação nos leva a afirmar que, se o trânsito destes homens por outras partes do Império foi intenso até chegarem às Minas, quando ali se estabeleciam tendiam a criar laços e a se enraizarem.

Vejam alguns outros indicadores que nos permitem estabelecer alguns traços do sistema de casamento característico deste grupo. Trabalharemos agora exclusivamente com os dados relativos aos noivos do termo de Mariana, presentes nos processos matrimoniais. Dos 58 processos levantados, 54 apresentam informações sobre a naturalidade dos noivos e 53 sobre as noivas. Encontramos nesta documentação um movimento exatamente inverso no que diz respeito à naturalidade dos cônjuges masculinos e femininos.

³⁵ AHU-Con.Ultra.-Brasil/MG- cx.162, doc.25.

³⁶ Idem.

³⁷ Júnia Ferreira FURTADO, *Homens de negócio...* cit., pp. 154-156.

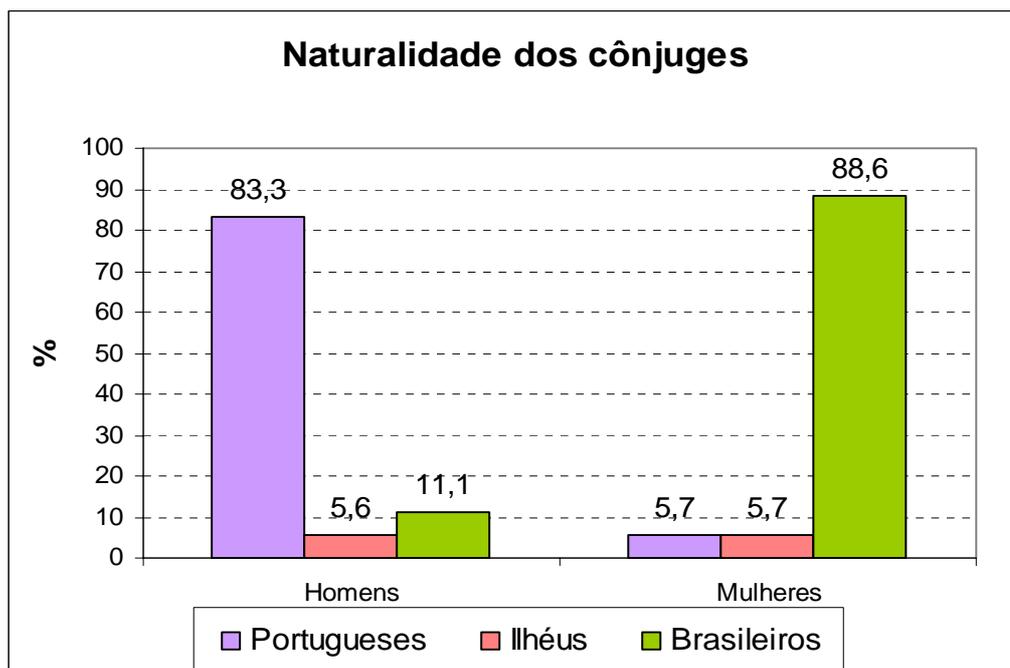


Gráfico 1

O gráfico acima nos revela que, assim como no caso do enlace de João da Costa Azedo e D. Ana Maria de Jesus, em que ele era natural do norte de Portugal e ela nascida nas Minas, a grande maioria dos noivos era de naturalidade portuguesa e entre as noivas, predominavam as brasileiras. Enquanto 88,6% das noivas eram naturais da América Portuguesa, entre os cônjuges do sexo masculino este percentual não passava de 11%. Dentre os noivos brasileiros somente um, José Caetano Rodrigues Horta, era natural das Minas.

Como o gráfico 2 nos permite visualizar, entre os noivos portugueses predominavam os Minhotos (55,6%), seguidos pelos homens naturais das regiões do Douro e Trás-os-Montes (31,1%). Pouco relevante era a presença de noivos vindos das regiões centrais (Beiras e Lisboa), não passando de 13,3%. Nenhum noivo saíra do sul de Portugal. Portanto, era esmagadora a presença de portugueses do norte (86,7%).

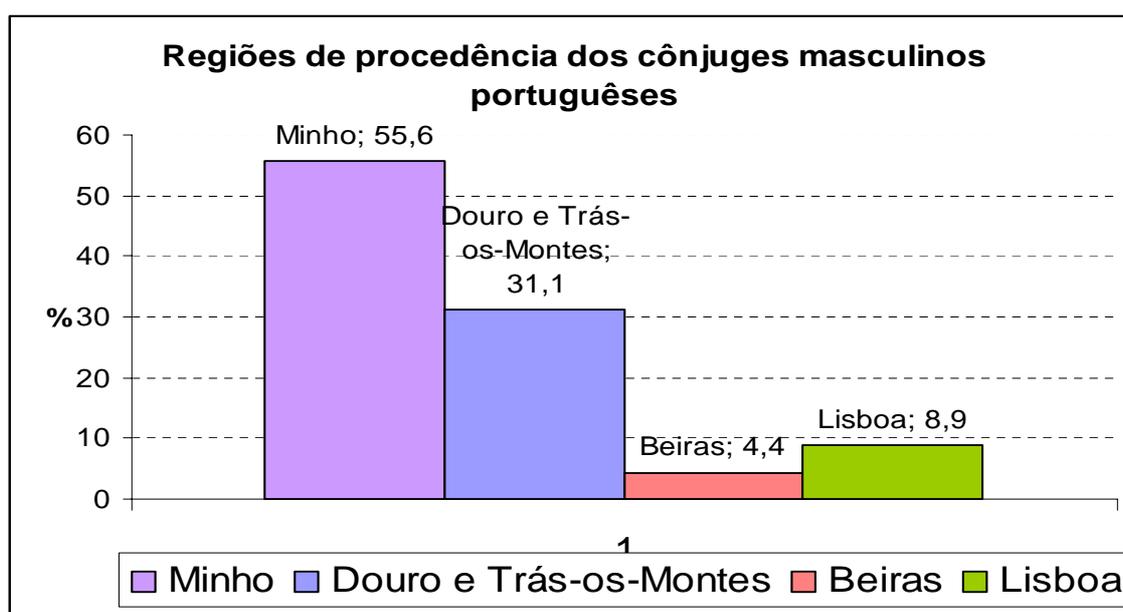


Gráfico II

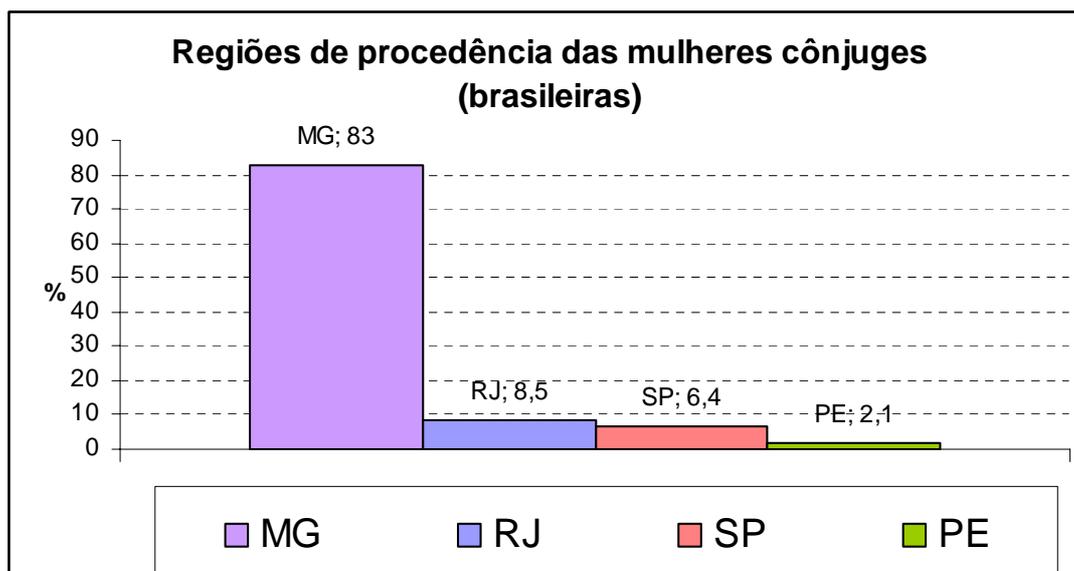


Gráfico III

Ao contrário dos noivos do sexo masculino, o gráfico III demonstra que, as mulheres casadoiras eram em sua grande maioria nascidas na colônia e na própria capitania (83%). Na realidade olhando com mais atenção os locais de nascimento destas noivas percebemos que em sua grande maioria eram nascidas nas freguesias do termo de Mariana. Das 47 mulheres nascidas no Brasil que se uniram aos homens da elite, 36 (76,6%) eram naturais do próprio termo de Mariana. Moças como Ana Maria de Jesus, que aos 17 anos de idade se uniu em matrimônio a Antônio Francisco Pinheiro, 25 anos mais velho que ela. Ana era natural e moradora na freguesia de São José da Barra Longa do termo de Mariana, filha de Francisco Gomes Pinheiro e afilhada de João Gonçalves Branco, ambos citados como homens ricos das Minas. O noivo, Antônio Francisco, era natural de Santa Eulália da Ordem, termo da Cidade do Porto. Saíra de sua pátria com a idade aproximada de 12 anos, vindo direto para a região das Minas. Morou três anos na freguesia do Inficionado e cinco na do Furquim antes de se fixar em São José da Barra Longa. Em 1757 quando se habilitou para o casamento, já estava nas Minas há mais de 30 anos. Como os noivos moravam distante da igreja matriz da freguesia, solicitaram provisão para poderem se casar no oratório público das casas da Barra do Dr. Manoel Ribeiro de Carvalho, também listado como homem rico.

Vejamos agora alguns outros indicadores que o quadro abaixo, elaborado com os dados dos processos matrimoniais, nos permitiram estabelecer para um conjunto mais amplo de homens ricos e que confirmam várias indicações presentes no caso acima.

Quadro I

Indicadores	Número de casos	%	MÉDIA
Endogamia no grupo	19	35,2%	
Casamentos ocultos e consangüíneos	10	18,5%	
Idade Média de saída dos homens ricos do Reino	41	-	16 anos
Idade Média ao casar - HOMENS exceto viúvos	41	-	38 anos
Idade Média ao casar - MULHERES exceto viúvas	41	-	19 anos
Diferença Média de idade a mais para os homens	41	-	18 anos

Fonte: Processos matrimoniais referentes aos homens ricos - AEAM

Assim como Antônio Francisco Pinheiro, os demais homens ricos naturais do Reino que se casaram na região das Minas, saíram de lá em muita tenra idade. A idade média com que vinham de Portugal para o Brasil era de 16 anos, mas uma parcela considerável vinha com 10 ou 11 anos de idade.

A idade média ao casar para os homens era muito elevada (aproximadamente 38 anos) e, para as mulheres, muito baixa (19 anos), o que definia uma diferença média de idade entre os cônjuges muito acentuada. Os noivos eram em média 18 anos mais velhos que as noivas. No caso das mulheres, verificamos um modelo invertido ao que Caroline Brettell encontrou para o noroeste de Portugal no século XVIII. No Reino a idade média do primeiro casamento entre as mulheres era bastante elevada no século XVIII, ficando em torno dos 26 anos. Também era grande a proporção do celibato definitivo entre a população feminina. Segundo Brettell, o grande número de mulheres celibatárias em Santa Eulália estaria relacionado à emigração masculina que elevaria,

*(...)o número de mulheres solteiras que podem ter sido noivas de jovens que partiram para o estrangeiro em busca de fortuna. Esperaram ano após ano, sem nunca terem sabido se o namorado estava vivo ou morto, até que chegaram a uma idade em que a esperança de casar era quase nula*³⁸.

Acredito que estas duas situações distintas nos dois lados do Atlântico são complementares. Quando olhamos os dados da tabela 5, esta afirmação se torna mais consistente. A grande maioria das mulheres (70,7%), se casava quando estavam na faixa dos 13 aos 19 anos. O percentual daquelas que se casaram com idades entre 20 e 29 anos ficava em torno dos 22% e os casos de mulheres que se uniram em primeiras núpcias com idade igual ou superior aos 30 anos era muito pequena (7,3%).

Tabela 5
Predominância por faixas de idade para o casamento de homens e mulheres em primeiras núpcias

Faixas de idade	Homens		Mulheres	
	Nos. absolutos	%	Nos. absolutos	%
Mais de 39 anos	17	41,5%	1	2,4%
30 a 39 anos	16	39,0%	2	4,9%
20 a 29 anos	7	17,1%	9	22,0%
13 a 19 anos	1	2,4%	29	70,7%
Total	41	100	41	100

Fontes: Processos matrimoniais referentes aos homens ricos – AEAM.

Entre os homens o quadro era radicalmente distinto. A maior parte deles se casou com idade igual ou superior a 30 anos (80,5%), sendo que 41,5% tinham mais de 40 anos ao casar. Além disso, em 48,8% dos matrimônios analisados a diferença de idade do homem em relação à mulher era superior a 20 anos³⁹.

Creio ser possível afirmar que, o mesmo movimento que definia os altos índices de celibato feminino e casamento em idade avançada para as mulheres na região norte de Portugal, é o que também explica as idades avançadas com que os homens se casavam com jovens meninas nascidas nas Minas. A inexistência nas primeiras décadas do século XVIII de uma oferta de mulheres da mesma condição deste grande número de homens naturais do Reino, disponíveis para o casamento, deixava-os aguardando ansiosos que as meninas aqui nascidas atingissem a idade mínima para que pudessem se unir em matrimônio. Ou seja, a imigração teve papel fundamental na definição do padrão de arranjos matrimoniais predominantes nos dois lados do Atlântico.

Um último dado que gostaria de destacar neste texto é a tendência aos entrelaçamentos endogâmicos ao grupo e, por vezes, também à família que encontramos nos arranjos

³⁸ Caroline B. BRETTELL, *Homens que partem...* cit., p. 152.

³⁹ Informações mais detalhadas contendo o nome de todos os cônjuges em primeiras núpcias com as respectivas idades ao casar, podem ser encontradas no Anexo 1.

matrimoniais investigados. Como pode ser visto no quadro I, encontramos 35,2% de arranjos com características de endogamia no grupo. Minhas investigações sobre a prática da endogamia e sobre o modelo de reprodução social deste grupo ainda estão em andamento e, portanto, os dados que apresentarei não são conclusivos. Ainda assim, acredito que já seja possível aventar algumas hipóteses.

Um dos casos mais complexos de interligações familiares entre os homens ricos que consegui identificar é o que parte do Capitão João Pinto Alves, no qual também se insere o casamento de Antônio Duarte com Dona Francisca Pinta com que iniciei este texto. Tentei demonstrar graficamente estas relações no anexo 1. Temos nesse caso, mãe, filha e duas netas, ou seja, pelo menos três gerações de mulheres do mesmo tronco familiar se unindo a homens listados como ricos em 1756. Isso só foi possível por ser comum e bem aceita nesta região, a grande diferença de idade entre os cônjuges.

O Capitão João Pinto Alves, era minerador da Freguesia da Passagem do Termo de Mariana. Era português, natural da Freguesia de Canedo, Comarca de Guimarães, Província do Minho. Viera solteiro para as Minas na década de 1710, período inicial de sua ocupação. Dez anos depois de ter se estabelecido na região, se casara com Dona Mariana Correa de Oliveira, natural do Rio de Janeiro e criada nas Minas⁴⁰. Sua esposa era irmã de Manuel Correa de Oliveira, também listado como homem rico. Embora tivesse saído rapaz de sua terra natal, João Pinto Alves, não perdera os vínculos com o Reino e em 1734, solicitava ao Conselho Ultramarino licença para se deslocar até lá com a família por motivo de falecimento de seus pais e por ter por lá algumas irmãs. Nesta ocasião o casal tinha cinco filhos pequenos e Dona Mariana foi descrita como *achaçada*. Mesmo com parecer contrário do governador, João Pinto teve a licença concedida⁴¹. Se de fato foi a Portugal, por lá não se deteve muito tempo.

Em 1748, quando ficou viúvo, o patrimônio de João Pinto era de 32:702\$003, no qual entravam os 86 escravos com os quais contava para o trabalho na sua lavra do Morro da Passagem⁴². Do casamento lhe ficaram 11 filhos com idades entre 23 anos e 10 meses. Dois de seus filhos se achavam estudando em Coimbra⁴³, outros dois estavam no seminário no Rio de Janeiro⁴⁴ e três filhas com idades de 12, 11 e 9 anos, estavam em Portugal para serem freiras⁴⁵. Os dois filhos menores⁴⁶ estavam na companhia do pai e as duas filhas mais velhas já se encontravam casadas.

Francisca Pinta de Oliveira, a filha mais velha de João Pinto Alves, já é nossa conhecida. Em 1740, aos 15 anos de idade ela se casara com Antônio Duarte, outro homem rico que, ao se casar *tinha mais de 30 anos*. Dona Francisca faleceu em 1753 ainda muito jovem, com a idade de 28 anos, deixando sete filhos com idades entre 5 e 12 anos. Eram três meninas e 4 meninos⁴⁷.

Estando órfãs de mãe, no mesmo ano de 1759 e, provavelmente no mesmo dia, as duas filhas mais velhas de Antônio Duarte se uniram em primeiras núpcias com dois homens que também foram listados como ricos em 1756. Assim, como a mãe, estas meninas se casaram muito jovens com homens bem mais velhos do que elas.

A filha mais velha, Dona Mariana Rosa Clara de Oliveira, tinha 18 anos quando em 1759 se casou com o Guarda Mor João Ferreira Almada que na ocasião estava com 46 anos. João Ferreira Almada era português, natural da Freguesia de São Tiago da Vila de Almada, Patriarcado de Lisboa. Viera do Reino com a idade de 13 para 14 anos, diretamente para a Freguesia da Sé, do Termo de Mariana, onde desde então era residente⁴⁸. Além do título de Guarda Mor, outro indicador de que era homem de algum prestígio é o fato de ter servido como escrivão da Irmandade do Santíssimo Sacramento, da qual eram irmãos os principais e os mais ricos homens. Aos vinte e sete anos Dona Mariana ficou viúva com dois filhos pequenos, Francisca de 10 anos e João de apenas 4 anos.

Feliciano Isabel Maria de Oliveira, a outra filha de Antônio Duarte e neta de João Pinto Alves, se casou aos 15 anos de idade no mesmo ano que a sua irmã com o Licenciado Domingos

⁴⁰ AHU – Cons.Ultra.-Brasil/MG- cx.30, doc.36.

⁴¹ Idem.

⁴² Inventário post-mortem de Mariana Correa de Oliveira – CSM – Io. Of. - Códice 46 - Auto 1050.

⁴³ João de Oliveira Pinto e Antônio de Oliveira Pinto, respectivamente com 22 e 19 anos de idade.

⁴⁴ Manuel de Oliveira Pinto e Fernando de Oliveira Pinto, respectivamente com 15 e 14 anos de idade.

⁴⁵ Jerônima de Oliveira Pinto, Sebastiana de Oliveira Pinto, Ana de Oliveira Pinto.

⁴⁶ José de Oliveira Pinto de 7 anos e Angélica Theresa de 10 meses.

⁴⁷ Inventário post-mortem de Francisca Pinta de Oliveira – CSM – Io. Of. - Códice 10 - Auto 360.

⁴⁸ Processo matrimonial de João Ferreira Almada – AEAM – No. 3623 – Ar.03 – Pasta 363.

Coelho de 33 anos. Assim como seu sogro, Domingos também vivia de sua *arte de cirurgia*, na Freguesia de Guarapiranga há 20 anos. Era natural da região do Concelho de Basto, Arcebispado de Braga de onde viera aos 13 anos de idade para o Rio de Janeiro *onde se não deteve mais de 15 dias porque logo vieram para este bispado* ⁴⁹.

Esta família de homens ricos não foi única em estabelecer laços matrimoniais dentro do grupo. Os anexos 2, 3 e 4, também apontam para algumas ligações que já possível identificar, mas com certeza muitas outras existiram. O anexo 2 mostra os enlaces que partiam de José da Silva Soares Brandão, que teve uma filha casada com o homem rico Manuel Brás Ferreira, que teve uma filha casada com José da Silva Pontes, filho do homem rico homônimo que era casado com Mariana Dias Paes, filha do Guarda Mor Maximiliano de Oliveira Leite, também listado em 1756.

Das cinco filhas do homem de nobre descendência, Maximiliano de Oliveira Leite, quatro se casaram com outros homens ricos. Sendo que, D. Ignácia Pires se uniu ao rico José Caetano Rodrigues Horta, seu primo (anexo 3) ⁵⁰.

Brás Pires Farinha casado com Sebastiana Cardoso, teve três filhas casadas com homens ricos. Antônia e Joana se casaram aos 16 anos com homens de 35 e 32 anos respectivamente (anexo 4). Quitéria se casara com João de Arruda e Câmara, natural da Ilha de São Miguel, mas deles não sabemos a idade ao casar. Os outros dois genros de Brás Pires eram naturais do norte de Portugal ⁵¹.

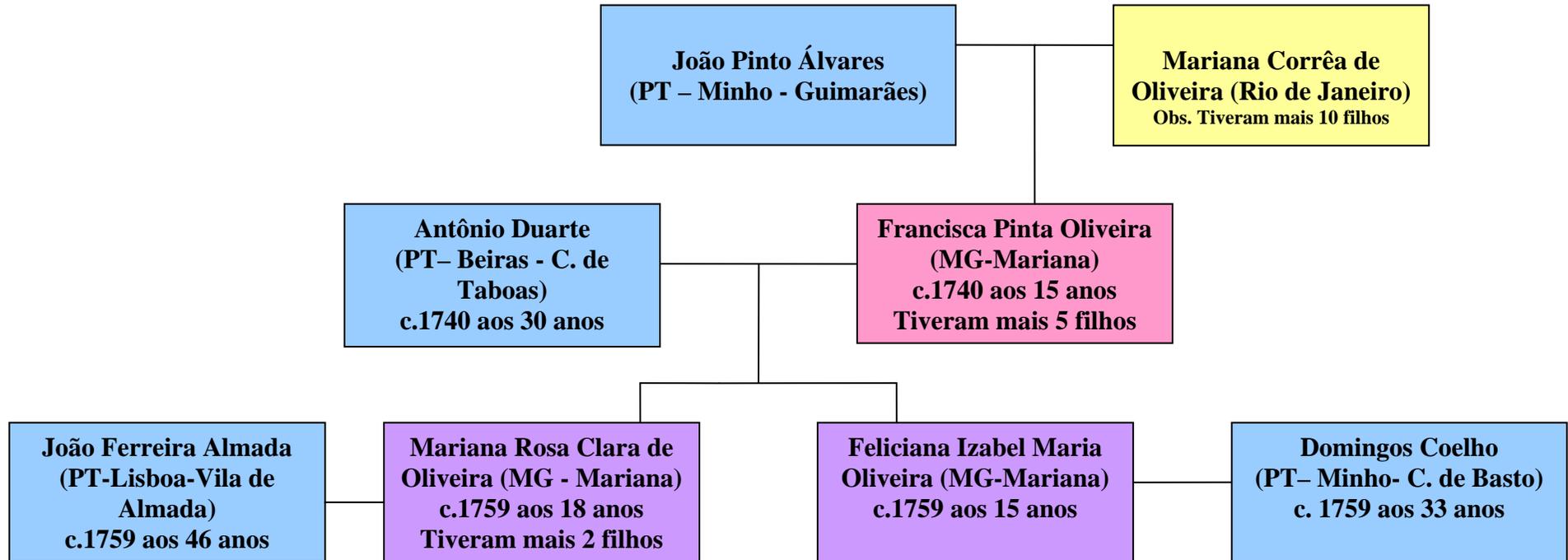
Desvendar tais conexões nos deixa por vezes *afogando em nomes*, na expressão de João Fragoso. O desafio que se coloca para minha pesquisa com este grupo hoje, passa por desvendar estas redes e as motivações que tais homens tiveram ao estabelecê-las. Compreender até que ponto foram imposições das variáveis estruturais como, por exemplo, a imigração ou as opções dos indivíduos, que motivaram tais enlaces é o meu desafio atual.

⁴⁹ Processo matrimonial de Domingos Coelho – AEAM – No. 1774 – Ar.02 – Pasta 17.

⁵⁰ Atualmente faço um estudo de caso desta família, com base no qual estou preparando um texto que deverá em breve ser publicado.

⁵¹ Processo matrimonial de Domingos Mendes Peixoto – AEAM – No.1946; Processo matrimonial de Miguel de Matos – AEAM – No. 7417 – Ar.06 – Pasta 742.

**ANEXO I - Entrelaçamentos familiares
Tronco de João Pinto Álvares**



Homem Rico (HR)

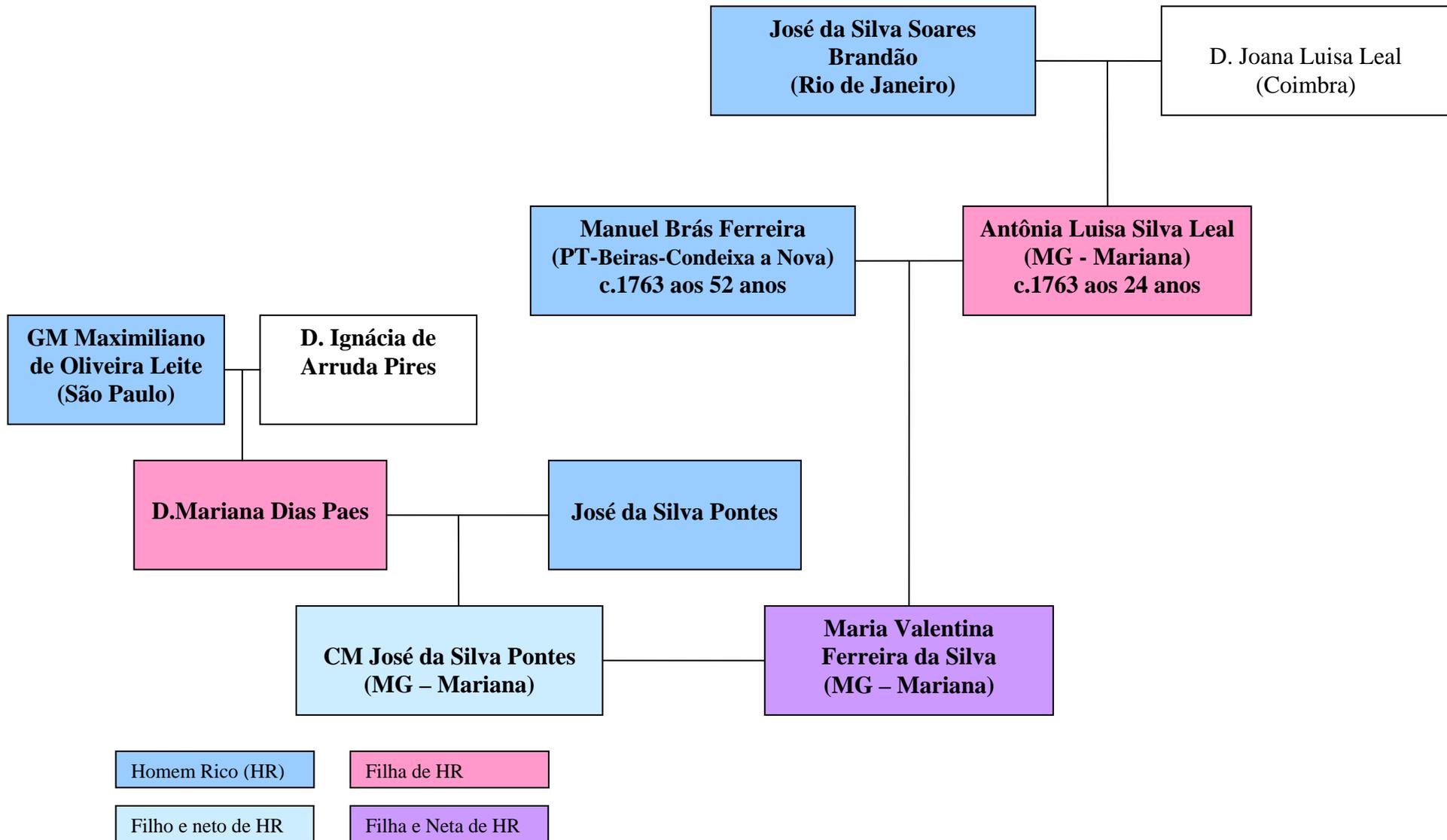
Filha de HR

Filho de HR

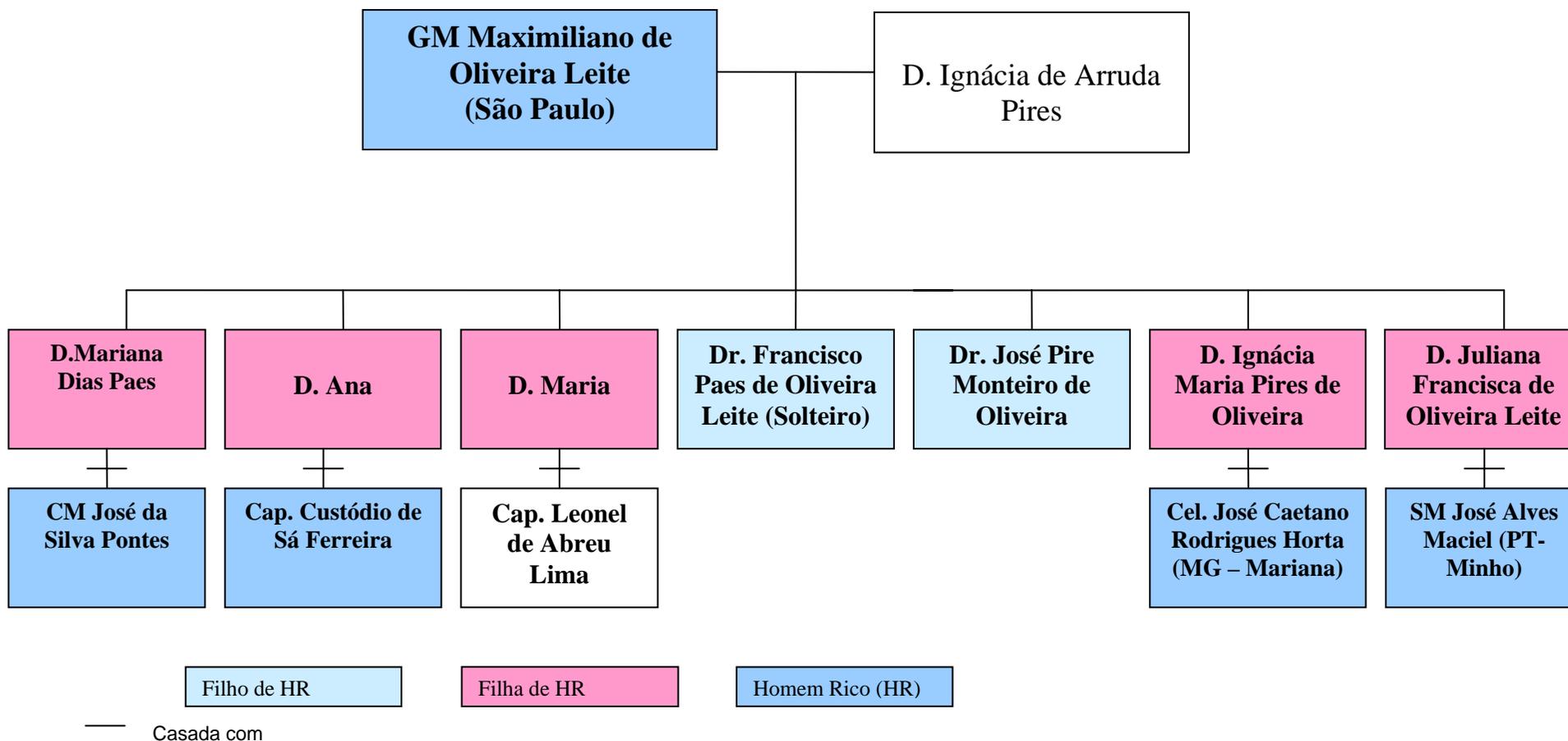
Filha e Neta de HR

Irmã de HR

ANEXO II - Entrelaçamentos familiares: Tronco de José da Silva Soares Brandão



ANEXO III - Entrelaçamentos familiares Tronco de Maximiliano de Oliveira Leite



**ANEXO IV - Entrelaçamentos familiares
Tronco de Brás Pires Farinha**

